

ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Edital 238/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
238/2026	90183-ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	ROSIMEIRE SIQUEIRA DA SILVA	19/06/2026 16:17 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	842/2026	024.00063039/2026-06

1. 90231/2026

PREGÃO ELETRÔNICO

90231/2026

CONTRATANTE (UASG)

(00090183)

OBJETO

Aquisição de Kits para Identificação automatizada de Bactérias e Leveduras - Entrega Programada

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO “nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021”

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **07/07/2026 08:00h**(horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO

Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 20
11. DOS RECURSOS. 21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 25

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

Processo Administrativo nº

Torna-se público que o INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”, por meio do setor de Compras, sediado à Av. Dr. Arnaldo, 165 – Pacaembú – São Paulo / SP – CEP: 01246-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é *Aquisição de, Kits para Identificação automatizada de Bactérias e Leveduras - Entrega Programada* conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. . A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Para o agrupamento de itens , a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.2. *Considerando o valor estimado do item desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

.Não poderão disputar esta licitação:

5. *aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);*

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.6. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);
 - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, [excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.](#)
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
 - 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
 - 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição [Federal](#)

, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *percentual de desconto superior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *01% (um por cento)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

"Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5."

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos *no caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, [conforme regulamento](#);

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *inferior ao desconto mínimo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico: Sistema Eletrônico de Informações (SEI)*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital;ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.5.6.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4.

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio* : e-mail: compras@emilioribas.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de **Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadinestadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.2.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante,

14.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico compras.gov.br.*

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

7. ANEXO II – Termo de Contrato

14.15.2. ANEXO III – Cópia da Resolução PGE nº 65, de 01/04/2023;

14.15.3. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.5. ANEXO VI – Modelos referentes a vistoria prévia;

14.15.6. ANEXO VII - Decreto Nº 62.867, de 03 de outubro de 2017.

São Paulo, 19 de 06 de 2026.

Dr. Luiz Carlos pereira Junior

Subscritor do Edital

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 16:17:23.

ROSIMEIRE SIQUEIRA DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 14:39:09.

ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Termo de Referência 301/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
301/2026	90183-ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	GILMAR NUNES FERREIRA DA SILVA	27/05/2026 13:45 (v 0.10)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	842/2026	02400063039/2026-06

1. Aquisição de Kit Identificação bactérias

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Kits para **Identificação automatizada de Bactérias e Leveduras com concessão gratuita de equipamentos para a realização de testes, com cronograma de entrega programada**, conforme descritivo abaixo **por um período 06 (SEIS) meses, prorrogável por igual período** na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

Abaixo são detalhadas as características e quantidades dos insumos e equipamentos, acessórios e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

01	Descrição	SIAFISCO	CATMAT	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantidade Solicitada
1a	Identificação automatizada de bactérias gram positivas, para diagnóstico in vitro;cartões ou painéis: capacidade de uma identificação por teste com código de barras;composto por poços com provas bioquímicas; leitura automatizada;armazenados a temperatura ambiente ou refrigerado; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; rotulo com nome do produto, numero de lote, data de validade/fabricação, composição e procedência; compatível com equipamento automatizado	6208762	334360	Teste	360
	Teste Automatizado para determinação de Sensibilidade de				

1b	bactérias gram positivas; painéis ou cartões; composto por poços com diversos antimicrobianos liofilizados; utilização em sistema totalmente automatizado; contendo entre 3 a 6 diferentes concentrações; versão miniaturizada do método de microdiluição; armazenados em temperatura ambiente ou refrigerados, acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; rótulo com nome do produto; número do lote, data de fabricação/validade, composição e procedência; compatível com equipamento automatizado	6208789	334363	Teste	360
2a	Identificação Automatizada de Bactérias Gram Negativas; para diagnóstico in vitro; com capacidade para uma identificação por unidade; com código de barras; composto por poços com provas bioquímicas; leitura automatizada; acondicionado em caixas contendo cartões ou painéis descartáveis; rótulo com número de lote; data de fabricação; validade; composição e procedência	4958179	394079	Teste	420
2b	Teste Automatizado para determinação de Bactérias Gram Negativas; painéis ou cartões; composto por poços com diversos antimicrobianos liofilizados; utilização em sistema totalmente automatizado; contendo entre 3 a 6 diferentes concentrações; versão miniaturizada do método de microdiluição; armazenados a temperatura ambiente ou refrigerado; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; rótulo com nome do produto, número de lote, data de fabricação/validade, composição e procedência; compatível com equipamento automatizado.	6208754	334364	Teste	420
	Identificação Automatizada para Leveduras ;				

3a	Que Verifica a Com Substratos Necessários P/ Provas Bioquímicas e Enzimáticas; Apresentando-se Sob a Forma Cartões Ou Painéis; Acompanhando Caixa Com 20 Unidades; Com Rotulo Contendo Rotulo Contendo Nr de Lote Data de Fabricação, validade, registro No MS; cartões ou painéis p/ identificação de leveduras	2212650	334362	Teste	120
3b	<p>TESTE AUTOMATIZADO DE SENSIBILIDADE PARA DETERMINAÇÃO DA SENSIBILIDADE DE LEVEDURAS.</p> <p>Em Cartao ou Painéis Descartavel Com Codigo de Barras; Com Pocos Com Provas Bioquimicas; para Identificar Ate 50 Tipos de Leveduras Em Leitora Automatizada; Armazenamento Em Temperatura Entre 2 e 8 Graus Celsius; Acondicionado Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao e Validade;</p>	5621291	430939	Teste	120

1.1.1.1. Justificativa da descrição ou unidade de medida complementar:

- a. Os insumos devem ser agrupados, como sendo um único item com subitens, pois todos devem seguir uma única metodologia e também serem usados em um único equipamento;
- b. As empresas devem apresentar bulas que comprovem cientificamente a eficácia dos insumos;
- c. A vistoria técnica: as necessidades: elétrica, hidráulica, temperatura ambiente para funcionamento, dimensões e todo e qualquer requisito técnico necessário para a instalação do equipamento deverá ser minuciosamente descrita por ocasião da apresentação da proposta, a fim de que se possa avaliar as possibilidades técnicas e instalação do equipamento em questão, fatores que serão considerados para fins de julgamento.
- d. É necessária a apresentação de bulas em língua portuguesa e folhetos ilustrativos
- e. A empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para a realização do teste

1.1.1.2 Em caso de eventual, divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Dos Equipamentos

1.1.2.1. Fornecimento de Equipamentos

1.1.2.1.1. A empresa Vencedora deverá fornecer os itens na sua totalidade de acordo com o cronograma. Os kits especificados são aqueles necessários para a completa identificação e antibiograma, o que pode ser realizados em cartões ou painéis acoplados ou em separado. O Tempo de identificação deverá ser inferior à 18 horas.

1.1.2.1.2. A empresa deverá fornecer equipamento em regime de Comodato com Interfaceamento e qualquer acessório que se fizer necessário para a realização dos testes nas quantidades especificadas.

1.1.2.1.3. Todos os painéis ou cartões após a inoculação deverão ter monitorização contínua do aparelho e devem dispensar totalmente qualquer adição de reagentes, facilitando a manutenção do equipamento e consequentemente a otimização da rotina.

1.1.2.1.4. Os insumos devem ser agrupados , como sendo um único item com sub-itens, pois todos devem seguir uma única metodologia e também serem usados em um único equipamento;

A atualização do BRCast deve ser do ano vigente (2026).

1.1.2.2. Características dos equipamentos

1.1.2.2.1. Equipamento para automação deve ser novo de primeiro uso na instituição, para identificação e antibiograma, computador e impressora e todos os demais acessórios que se fizerem necessários para a completa execução dos testes.

1.1.2.2.2. Todos os insumos deverão ser da mesma marca do equipamento.

1.1.2.2.3. Será classificada a empresa que apresentar menor preço na totalidade do item, desde que esteja de acordo com as especificações do edital.

1.1.2.2.4. A (s) empresa (s) vencedora (s) deverá interfacear, o seu computador com o computador da Seção de Bacteriologia (Sistema de Informática vigente no Hospital) sem apresentar qualquer ônus para o Estado.

1.1.2.2.5. Só serão aceitos equipamento com comprovada eficiência em laboratório brasileiro e que possam atestar bom funcionamento e serviços adequados.

a) Unidade de leitura integrada com transmissão de dados para o micro computador proporcionando o armazenamento de dados das amostras processadas com sistema de “no Break” e de qualquer outros que se fizerem necessários, sem qualquer custos adicionais para o estado;

b) Deverá ter controle de qualidade e calibração, de preferência automáticos;

c) O Equipamento deverá vir acompanhado de No Break, Impressora, Tonner, Cartucho de Tinta, Fita para impressora, papel sulfite, e todo o material para completa realização dos testes;

d) A Empresa adjudicada deverá fornecer e instalar os equipamentos necessários para viabilizar a leitura desses testes;

e) A Empresa deverá entregar os materiais relacionados, sendo que todos deverão seguir um único princípio de metodologia, ou seja, baseado na detecção colorimétrica ou detecção da fluorescência;

f) Os bens deverão ser entregues no prazo de 10 dias corridos contados à partir da data da assinatura do contrato, e após este período o equipamento deverá ser instalado e estar funcionando no prazo de 3 dias úteis após a entrega;

g) Só serão aceitos equipamentos com comprovada eficiência em laboratório brasileiro e que possam atestar bom funcionamento e serviços adequados;

h) O equipamento só poderá ser retirado pela contratada no fim do contrato, e após o término de todos os materiais que constam na especificação do contrato;

i) Será classificada a empresa que apresentar menor preço na totalidade do item desde que esteja de acordo com as especificações do edital;

j) A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá interfacear o seu computador com o Sistema de Informática vigente no Hospital sem apresentar qualquer ônus para o Estado;

k) Todos os insumos devem ser agrupados, como sendo um único item com sub-itens;

l) As empresas devem apresentar bulas que comprovem cientificamente a eficácia dos insumos;

m) A licitante vencedora deverá entregar Manuais Técnicos e Operacionais na Língua Portuguesa;

n) A licitante deverá apresentar o Certificado de Calibração dos Equipamentos

1.1.2.2.6. Manual de instruções dos equipamentos: A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá entregar manual de operação completo do equipamento em português e na língua original.

1.1.2.3. EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO E ANTIBIOGRAMA

1.1.2.3.1. Sistema automatizado para realização de testes de identificação e testes de sensibilidade com MIC, que possibilite toda a automação, e a monitorização contínua do aparelho até a liberação do resultado;

1.1.2.3.2. Capacidade de 50 a 60 testes simultaneamente, acompanhado de No-Break com autonomia de no mínimo 30 minutos, sistema calendário preparado para o ano vigente sem prejuízo de suas funções, alimentação 110/220 volts;

1.1.2.3.3. A empresa vencedora deverá fornecer interfaceamento bidirecional sem qualquer ônus para o Estado;

1.1.2.3.4. A Licitante deverá apresentar o Certificado de Calibração dos Equipamentos;

1.1.2.3.5. Os resultados devem ser gerenciados por Software de análise de dados de acordo com existências naturais e adquiridas alertando para fenótipos discordantes, alertando para padrões definido pelo usuário;

1.1.2.3.6. Os dados gerenciais dos pacientes devem gerar relatórios epidemiológicos atendendo a elaboração de estatísticas por material, por bactéria, por clínica por distribuição de MIC, percentual de resistência. Deve haver ferramenta que pode ser acoplada ao sistema proporcionado realizar gráficos;

1.1.2.3.7. O software deverá permitir inserção de resultados manuais, como Gram, Ziehl Neelsen, contagem bacteriana, comentários, microrganismos, antibiograma necessários para a complementação dos resultados bem como interfacear estes resultados;

1.1.2.3.8. O software deverá validar os resultados, através de alarmes, informando toda vez que o mesmo ou outro microrganismo foi previamente detectado em testes anteriores do mesmo paciente, além de viabilizar todo o histórico dos pacientes;

1.1.2.3.9. Programa de gerenciamento de dados possibilitando a emissão de relatórios por data, paciente, enfermaria e/ou microrganismo isolado; impressão de resultado e realização automática, cópia de segurança. Este deverá ainda permitir acesso a multi usuários através de computadores clientes (2 computadores completos), para andamento da rotina laboratorial;

1.1.2.3.10. Cartões ou painéis de sensibilidade devem realizar MIC (Concentração Inibitória Mínima) e seus resultados deve ser avaliados por sistema gerencial com software atualizado;

1.1.2.3.11. O setup dos pontos de corte podem ser adaptáveis de acordo com definição Internacional (CLSI,EUCAST,BRCast,etc), além de permitir mudanças definidas pelo nosso serviço, isto é devem ser flexíveis;

1.1.2.3.12. O painel de drogas deve conter no mínimo os antimicrobianos adotados em nosso serviço.

GRAM POSITIVOS: Ampicilina, Daptomicina, Nitrofurantoina, Cefoxitina, Ciprofloxacina, Clindamicina, Eritromicina, Gentamicina, Gentamicin High Level, Linezolid, Moxifloxacina, Oxacilina, Rifampicina, Streptomycin High Level, Trimetoprim/Sulfametoxazol, Vancomicina, Minociclina, Nitrocefina, Penicilina, Tetraciclina, Teste de resistência à indução de macrolídeos, etc;

GRAM NEGATIVOS: Amikacina, Ampicilina, Ampicilina/Subactam, Aztreonam, Cefalotina, Cefepime, Cefotaxima, Cefoxitina, Ceftriaxona, Ceftazidima, Ciprofloxacina, Levofloxacina, Ertapenem, Gentamicina, Imipenem, Meropenem, Piperacilina/Tazobactam, ESBL, Amoxicilina/AC Clavulânico, Cefazolina, Levofloxacina, Nitrofurantoína, Tetraciclina, Tobramicina, Trimetoprim/Sulfametoxazol, Tigeciclina.

1.1.2.3.13. A licitante vencedora deverá entregar manuais técnicos e operacionais na língua portuguesa.

1.1.3. VISTORIA TÉCNICA:

1.1.3.1. As necessidades: elétrica, hidráulica, temperatura ambiente para funcionamento, dimensões e todo e qualquer requisito técnico necessário para a instalação do equipamento deverá ser minuciosamente descrita por ocasião da apresentação da proposta, a fim de que se possa avaliar as possibilidades técnicas e instalação do equipamento em questão, fatores que serão considerados para fins de julgamento.

1.1.4. TREINAMENTO:

1.1.4.1. O (s) fornecedor (es) deverá apresentar programa de treinamento gratuito para a devida operação do equipamento, que será estendido aos membros designados pela Diretoria do Laboratório Clínico, no próprio local de trabalho, até a plena operação na própria unidade, incluindo fornecimento de teste diagnósticos necessários a sua realização. Os reagentes usados no treinamento da equipe deverão ser fornecidos pela empresa, não podendo ser subtraídos daqueles de consumo solicitado. Os assessores de treinamento deverão acompanhar a rotina, no máximo 05 (cinco) dias para sanar dúvidas.

1.1.4.2. O treinamento solicitado acima se justifica, pois existem no mercado vários equipamentos com diferentes programas. Há diferença significativa no manuseio e colocação das amostras, manutenção diária (limpeza diária). O treinamento também se justifica porque cada equipamento requer atenção diferente nos kits a serem utilizados.

1.1.5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

1.1.5.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) será responsável, por manter os equipamentos funcionando plenamente ativos 24 horas (todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados), devendo apresentar "Cronograma de instalação e manutenção preventiva do

equipamento". Em caso de falhas ou quebra do equipamento, deverá realizar manutenção corretiva, a qual deverá ser prestada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação, sem qualquer ônus para o Estado, inclusive com troca por outro equipamento, caso o tempo de manutenção ultrapasse o prazo acima estipulado. As manutenções (preventiva e corretiva) do equipamento abrangerão toda reposição de peças.

1.1.5.2. A manutenção preventiva deverá ser trimestral.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizadas como bens de natureza comum, conforme justificativa constantes do Estudo Técnico Preliminar

1.3. Os bens objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto do artigo 20 da Lei nº 14133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento deste bens são enquadrados como continuados tendo em vista que são itens de avaliação clínica, com aquisições trimestrais desde a ano de 2.000, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as fundamentações apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Condições gerais:

4.1.1. As empresas participantes deverão:

4.1.1.1. A empresa vencedora deverá entregar, ao laboratório, a descrição detalhada da técnica, em português, especificando a metodologia empregada e cópia completa do manual de procedimentos dos ensaios que acompanhará cada conjunto de diagnóstico.

4.1.1.2. Apresentar os itens solicitados no edital, sendo que a empresa vencedora do certame deverá fornecer todos os itens da mesma marca do fabricante do equipamento.

4.1.1.3. Fornecer certificados de que os produtos oferecidos estão registrados junto ao Ministério da Saúde do Brasil e ao órgão competente do país de origem do fabricante, e da liberação para seu uso clínico.

- 4.1.1.4. Prover todos os insumos consumíveis utilizados pelo equipamento em quantidade suficiente para realização de todos os testes constantes no edital.
- 4.1.1.5. Prover assessoria técnico-científica de plantão, com a finalidade de orientar os profissionais técnicos da Divisão de Laboratório nos procedimentos de configuração dos canais abertos.
- 4.1.1.6. Deverá ter em território nacional equipamento semelhante, para substituição imediata do equipamento em uso, caso apresente falha que não possa ser sanada no local e precise ser retirado.
- 4.1.1.7. A licitante vencedora deverá disponibilizar uma linha telefônica (0800) para os usuários para pronto. atendimento (técnico, científico, suporte, entre outros), garantindo seu funcionamento das 8:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira;

4.1.2. Instalação/ retirada / transporte de equipamentos

- 4.1.2.1. A empresa vencedora da licitação deverá instalar os equipamentos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a entrega da 1ª parcela dos insumos.
- 4.1.2.2. O equipamento só poderá ser retirado pela contratada no fim do contrato, e após o término de todos os materiais que constam na especificação do contrato;
- 4.1.2.3. Será de responsabilidade da contratada o transporte e os custos envolvidos até o local da instalação, assim como a instalação dos equipamentos.
- 4.1.2.4. A empresa vencedora da licitação não poderá retirar os equipamentos antigos que serão substituídos antes que os novos equipamentos estejam instalados, interfaceados, com calibração e controles funcionando adequadamente

4.2. Sustentabilidade:

- 4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.2.1.1. Atender aos requisitos técnicos preconizados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Controladoria-Geral da União.

4.3. Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor será exigido carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.4. Das normas técnicas

- 4.4.1. Fornecer certificados de que os produtos oferecidos estão registrados juntos à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e, em caso de produtos importados, ao órgão competente do país de origem e da liberação para seu uso clínico no Brasil.
- 4.4.2. A empresa deve atender à Resolução RDC nº 302, de 13/10/2005, a utilização de reagentes e insumos para diagnóstico in vitro deve respeitar as recomendações do fabricante, ou seja, devem ser compatíveis com o(s) equipamento(s) a que se destinam.

4.5. Subcontratação

- 4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da contratação

- 4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

	Qtde.	I – Cartões ou Painéis p/ Identificação e Teste de Sensibilidade:
1ª ENTREGA	60 testes	1-a -Identificação Gram Positivas (CATMAT: 334360)
	60 testes	1-b- Teste de Sensibilidade Gram Positivas(CATMAT: 334363)
	70 testes	2-a- Identificação Gram Negativas (CATMAT: 394079)

10 dias corridos após a Assinatura de Contrato	70 testes	2-b- Teste de Sensibilidade Gram Negativa(CATMAT:334364)
	20 testes	3-a- Identificação de leveduras(CATMAT:334362)
	20 testes	3-b- Teste de sensibilidade (CATMAT:430939)
2ª ENTREGA 30 dias após a 1ª entrega	Qtde.	I – Cartões ou Painéis p/ Identificação e Teste de Sensibilidade:
	60 testes	1-a -Identificação Gram Positivas (CATMAT: 334360)
	60 testes	1-b- Teste de Sensibilidade Gram Positivas(CATMAT: 334363)
	70 testes	2-a- Identificação Gram Negativas (CATMAT: 394079)
	70 testes	2-b- Teste de Sensibilidade Gram Negativa(CATMAT:334364)
	20 testes	3-a- Identificação de leveduras(CATMAT:334362)
	20 testes	3-b- Teste de sensibilidade (CATMAT:430939)
3ª ENTREGA 30 dias após a 2ª entrega	Qtde.	I – Cartões ou Painéis p/ Identificação e Teste de Sensibilidade:
	60 testes	1-a -Identificação Gram Positivas (CATMAT: 334360)
	60 testes	1-b- Teste de Sensibilidade Gram Positivas(CATMAT: 334363)
	70 testes	2-a- Identificação Gram Negativas (CATMAT: 394079)
	70 testes	2-b- Teste de Sensibilidade Gram Negativa(CATMAT:334364)
	20 testes	3-a- Identificação de leveduras(CATMAT:334362)
	20 testes	3-b- Teste de sensibilidade (CATMAT:430939)
4ª ENTREGA 30 dias após a 3ª entrega	Qtde.	I – Cartões ou Painéis p/ Identificação e Teste de Sensibilidade:
	60 testes	1-a -Identificação Gram Positivas (CATMAT: 334360)
	60 testes	1-b- Teste de Sensibilidade Gram Positivas(CATMAT: 334363)
	70 testes	2-a- Identificação Gram Negativas (CATMAT: 394079)
	70 testes	2-b- Teste de Sensibilidade Gram Negativa(CATMAT:334364)
	20 testes	3-a- Identificação de leveduras(CATMAT:334362)
	20 testes	3-b- Teste de sensibilidade (CATMAT:430939)
5ª ENTREGA	Qtde.	I – Cartões ou Painéis p/ Identificação e Teste de Sensibilidade:
	60 testes	1-a -Identificação Gram Positivas (CATMAT: 334360)
	60 testes	1-b- Teste de Sensibilidade Gram Positivas(CATMAT: 334363)

30 dias após a 4ª entrega	70 testes	2-a- Identificação Gram Negativas (CATMAT: 394079)
	70 testes	2-b- Teste de Sensibilidade Gram Negativa(CATMAT:334364)
	20 testes	3-a- Identificação de leveduras(CATMAT:334362)
	20 testes	3-b- Teste de sensibilidade (CATMAT:430939)
6ª ENTREGA 30 dias após a 5ª entrega	Qtde.	I – Cartões ou Painéis p/ Identificação e Teste de Sensibilidade:
	60 testes	1-a -Identificação Gram Positivas (CATMAT: 334360)
	60 testes	1-b- Teste de Sensibilidade Gram Positivas(CATMAT: 334363)
	70 testes	2-a- Identificação Gram Negativas (CATMAT: 394079)
	70 testes	2-b- Teste de Sensibilidade Gram Negativa(CATMAT:334364)
	20 testes	3-a- Identificação de leveduras(CATMAT:334362)
	20 testes	3-b- Teste de sensibilidade (CATMAT:430939)

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (Dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, com entrega parcelada.

5.2.2. O prazo de validade dos insumos na data de entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços)do prazo total recomendado pelo fabricante, a partir da data de fabricação

5.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja validado pela equipe técnica, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, podendo caracterizar descumprimento parcial do contrato e a Contratada poderá sofrer sanção, conforme Contrato

5.2.4. Em caso de falta ou atraso da entrega do insumo é de responsabilidade da empresa contratada a realização dos exames em laboratório acreditado no prazo determinado pela área técnica, sem ônus à Instituição e ao Estado.

5.2.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Instituto de Infectologia Emílio Ribas, subsolo do Prédio Anexo, situado na Av. Dr. Arnaldo, 165 - Pacaembu - São Paulo/SP – CEP: 01246-900 / Fone: (11) 3896- 1280, das 8:00 às 16:00hs

5.2.6. A Contratada deverá agendar a entrega, com antecedência de 48hs do prazo estabelecido no contrato, por meio do e-mail lab_chefialaboratorio@emilioribas.sp.gov.br com cópia para almoxarifado@emilioribas.sp.gov.br.

5.2.7. Os custos de todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão de responsabilidade da Contratada.

5.2.8. A Contratada deverá entregar o objeto contratado devidamente registrado na ANVISA, com prazo de validade conforme seu registro, sendo que, no ato da entrega, o prazo de validade não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, a partir da data de fabricação.

5.2.9. Em caso de isenção, apresentar documento comprobatório desta condição. O não cumprimento do prazo de validade poderá caracterizar descumprimento parcial do contrato e a Contratada poderá sofrer sanção, conforme Contrato.

5.2.10. Na hipótese do não cumprimento sob pena de aplicação das sanções cabíveis, a Contratante deverá ser consultada oficialmente, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento do objeto contratado, sendo a Contratada obrigada a fornecer carta de compromisso de troca referente ao quantitativo entregue fora do prazo prevendo a substituição do quantitativo não consumido dentro do prazo de validade. A Contratada deverá se comprometer a retirar o objeto contratado vencido para o devido descarte, sem ônus à Contratante. 5.2.11. O transporte do objeto contratado deverá ser feito por transportadora que detenha autorização de funcionamento emitida pela ANVISA e deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

5.2.12. Em caso de produtos termolábeis, estes deverão ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) e, em se tratando de fotossensíveis, estes deverão ser acondicionados em caixas que evitem a entrada de luminosidade.

5.2.13. Deve a Contratada fornecer o objeto contratado com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo e bula) devem estar em língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal.

5.2.14. As bulas deverão atender às recomendações da RDC nº. 47 de 08/09/2009 e futuras atualizações

5.2.15. A CONTRATADA deverá apresentar no ato da entrega do objeto contratado os documentos abaixo:

5.2.16. Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos e Produtos para a Saúde emitido pela ANVISA, para produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 e futuras atualizações; e,

5.2.17. Certificado de Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos e Produtos para a Saúde ou publicação no Diário Oficial, de acordo com a RDC nº 234 de 21 de junho de 2018 e a RDC nº 430 de 8 de outubro de 2020.

5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1. VISTORIA/VISITA TÉCNICA

5.3.1.1. As necessidades elétricas, hidráulicas, temperatura ambiente para funcionamento, dimensões e todo e qualquer requisito técnico necessário para a instalação do equipamento deverá ser minuciosamente descrita por ocasião da apresentação da proposta, a fim de que se possam avaliar as possibilidades técnicas e instalação do equipamento em questão, fatores que serão considerados para fins de julgamento.

5.3.1.2. A vistoria deverá ser agendada antecipadamente conforme as informações abaixo: Período: de segunda a sexta feira no período da manhã E-mail: simone.souza@emilioribas.sp.gov. Contato telefônico: (011)3896 – 1286 - Chefe Técnica Simone Aparecida Souza. Endereço: Av. Dr. Arnaldo, 165 – Cerqueira Cesar – 4º andar – Serviço de Laboratório Clínico

5.3.2 Treinamento

5.3.2.1. O (s) fornecedor (s) deverá apresentar programa de treinamento gratuito para a devida operação do equipamento, que será estendido aos membros designados pela Diretoria do Laboratório Clínico, no próprio local de trabalho, até a plena operação na própria unidade incluindo fornecimento de testes diagnósticos necessários para sua realização.

5.3.2.2. Os testes usados no treinamento da equipe deverão ser fornecidos pela empresa, não podendo ser subtraídos daqueles de consumo solicitados. Os assessores de treinamento deverão acompanhar a rotina no mínimo 05 dias para sanar as dúvidas.

5.3.2.3. Os assessores de treinamento deverão acompanhar a rotina diurna, plantões noturnos e de final de semana nos períodos diurno e noturno, o tempo necessário para o aprendizado e para sanar dúvidas.

5.3.2.4. JUSTIFICATIVA DO TREINAMENTO

5.3.2.4.1. O treinamento solicitado acima se justifica, para a capacitação dos colaboradores, atentando a forma de manuseio do equipamento, podendo possuir diferentes programas, manuseio de reagentes e amostras, assim como modo de colocação das amostras. O treinamento também se justifica porque cada equipamento requer uma atenção diferente nos kits a serem utilizados.

5.3.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA E PLANO DE CONTINGÊNCIA.

5.3.3.1. A (s) empresa(s) vencedora(s) será responsável, por manter os equipamentos funcionando plenamente ativos 24 horas (todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados), devendo apresentar “cronograma de instalação e manutenção preventiva do equipamento”. Em caso de falhas ou quebra do equipamento, deverá realizar manutenção corretiva, a qual deverá ser prestada no prazo máximo de 24 horas, a partir da solicitação, sem qualquer ônus para o Estado, inclusive troca por outro equipamento, caso o tempo de manutenção ultrapasse o prazo estipulado. As manutenções (preventiva e corretiva) do equipamento abrangerão toda reposição de peças. A manutenção preventiva deverá ser bimensal.

5.3.3.2. As manutenções (preventiva e corretiva) do equipamento abrangerão toda reposição de peças.

5.3.3.3. Será de responsabilidade da Contratada fornecer regularmente Assistência Técnica Científica, Assistência Técnica Preventiva e Corretiva até a utilização total dos reagentes.

5.3.3.4. Será de total responsabilidade da empresa Contratada, qualquer dano nos equipamentos, que por ventura ocorrerem por sinistros de qualquer natureza.

5.3.3.5. Se por motivo de falha do equipamento que houver perda de reagentes e acessórios, seja por falhas elétricas, eletrônica, mecânicas ou falta de manutenção preventiva, os reagentes e outros consumíveis deverão ser ressarcidos pela empresa Contratada a esta Instituição sem ônus adicionais.

5.3.3.6. O período em que os equipamentos ficarão disponibilizados no Laboratório IIER, não exime a Contratada das sanções administrativas, inclusive a rescisão contratual, caso venha ocorrer quaisquer irregularidades no desempenho do equipamento bem como dos parâmetros ofertados;

5.3.3.7. Caso a empresa altere a interpretação dos resultados, por qualquer motivo, a mesma deverá contatar imediatamente a unidade local antes da mudança, devido às alterações no banco de dados;

5.3.3.8. Caberá à empresa vencedora apresentar Plano de Manutenção Preventiva e de calibração dos equipamentos, sendo que esta deverá utilizar padrões rastreáveis a órgãos nacionais ou internacionais de calibração;

5.3.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA CIENTÍFICA

5.3.4.1.A Assistência técnica científica deverá: Realizar treinamentos para a equipe do Laboratório IIER - Setor de Biologia Molecular, quanto à programação, manutenções, calibração e gestão do controle de qualidade imediatamente após a instalação dos equipamentos. Realizar treinamentos na utilização do sistema de produção e liberação de resultados imediatamente após a instalação dos sistemas. Realizar reciclagens sempre que necessário ou solicitado pelo setor de Imunologia dentro de no máximo cinco (05) dias úteis.

5.3.5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA

5.3.5.1.A assistência técnica preventiva deverá: Seguir cronograma de procedimentos preventivos estabelecidos pelo setor de Biologia Molecular em conjunto com a empresa contratada, seguindo especificações do fabricante. Realizar preferencialmente à noite e finais de semana, em horário autorizado pelo Setor, de maneira a não prejudicar a rotina de trabalho.

5.3.6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA CORRETIVA

5.3.6.1. A assistência técnica corretiva deverá: Prestar a assistência técnica no prazo máximo de 06 (seis) horas após o chamado inicial que será efetuado por telefone e /ou via email. A Contratada deverá dar retorno da solicitação no máximo em 01 (uma) hora, via email ou telefone. Caso o(s) equipamento(s) locados venham a paralisar mais de três vezes consecutivos por defeitos técnicos e/ou defeitos que não tenham sido sanados nos prazos acima estabelecidos, a Contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação oficial. O equipamento que substituir o equipamento avariado deverá ter a mesma capacidade e as mesmas especificações do que foi substituído, ou superiores, e atender às necessidades do Serviço a que se destina no Laboratório do IIER, mantidas as demais condições do contrato.

5.3.7. MANUAL DE INSTRUÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

5.3.7.1. A Empresa vencedora deverá entregar manual de operação completo do equipamento em português e na língua original, no ato de instalação do equipamento na área técnica de Biologia Molecular.

5.3.7.2. Em caso de aquisição de insumos com concessão de equipamentos será necessária, para a presente contratação, a exigência de garantia contratual dos bens ou a fixação de condições de manutenção.

5.3.7.3. Atender as necessidades de visita(s) técnica(s) em caso de intercorrências que apontem para um possível problema de desempenho do produto. A assessoria técnica da empresa deverá encaminhar o relatório da visita à equipe do Serviço de Laboratório Clínico do IIER, no prazo máximo de 15 dias. Caso seja necessário, deverão ser recolhidos exemplares dos lotes com intercorrências para análise técnica para posterior envio de laudos/relatórios técnicos no prazo de 30 dias;

5.3.7.4. Restituir, em até 72 horas, o número de testes perdidos devido a problemas com reagentes e/ou falha no(s) dispositivo(s) de teste, mediante comprovação de relatório técnico-operacional. O prazo para conclusão e entrega do relatório deverá ser de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da notificação da intercorrência;

5.3.7.5. A empresa deverá disponibilizar à Contratante a Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISQ);

5.3.7.6. Qualquer alteração do produto fornecido deverá ser comunicada ao Serviço de Laboratório Clínico, em caso de entrega programada, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da próxima entrega. O comunicado deverá ser formalizado e estar acompanhado de parecer da ANVISA aprovando que a alteração do produto mantém o desempenho e /ou características técnicas do produto previamente licitado. Em caso de isenção de parecer da ANVISA, apresentar documento comprobatório desta condição.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A vigência do contrato será de 180 dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1 O prazo de validade;

7.10.2 A data da emissão;

7.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 O valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será parcelado conforme memorial descritivo

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.13 Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021/c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.24.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.25 Registro ou inscrição do fornecedor na entidade profissional do Conselho em plena validade;

8.25.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste sub-item por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.26 Licença para o funcionamento ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da empresa licitante, em plena validade;

8.27 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

8.27.1 Em caso de isenção, apresentar documento comprobatório desta condição; e,

8.28 Registro do produto emitido pela ANVISA, ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação de cópia do protocolo de pedido de revalidação/alteração do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerida nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76.

8.28.1 Em caso de isenção, apresentar documento comprobatório desta condição.

8.29 Em caso de empresa estrangeira, esta deverá, tanto quando possível, encaminhar documentos equivalentes aos solicitados nos itens acima, em atendimento ao Parágrafo Único do Art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Os documentos deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

8.30 As documentações deverão estar legíveis e identificadas, com as informações referentes ao objeto e à empresa realçadas e sombreadas (principalmente as publicadas em diário oficial) e separadas respeitando, necessariamente, a ordem da relação acima.

8.31 Não serão aceitas documentações vencidas e nem protocolos, exceto para os protocolos de pedido de revalidação dos documentos constantes da qualificação técnica.

8.32 A empresa deve atender à Resolução RDC nº 302, de 13/10/2005, de forma que a utilização de reagentes e insumos para diagnóstico *in vitro* deve respeitar as recomendações do fabricante, ou seja, devem ser compatíveis com o(s) equipamento(s) a que se destinam.

8.33 Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, apresentar Carta de Capacitação Técnica, devidamente timbrada e datada.

8.33.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação do somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.

8.33.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.34 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.34.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia;

8.34.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembléia;

8.34.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.34.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.34.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.35 O registro ANVISA do produto deve ser o mesmo indicado na proposta comercial.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR SIGILOSO

9.1 A fim de não frustrar a negociação entre o pregoeiro e o licitante que houver apresentado o melhor preço, o orçamento estimado para esta contratação terá caráter sigiloso, conforme disposto no art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/090183
- II) Fonte de Recursos: 165910001
- III) Programa de Trabalho: 090606/10302093048500000
- IV) Elemento de Despesa: 339030
- V) Plano Interno: (Não se aplica)

11. RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO TÉCNICA

11.1. Responsável pela avaliação técnica durante o Pregão Eletrônico:

SIMONE APARECIDA DE SOUZA

CPF: 154.138.898-44

CARGO: CHEFE DE SAÚDE II

Seção: Bacteriologia

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO ERISNALDO NUNES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 13:45:32.

ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Estudo Técnico Preliminar 347/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00063039/2026-06

2. Descrição da necessidade

2.1 Solicitamos abertura de processo licitatório para a aquisição de Kits para **Identificação automatizada de Bactérias e Leveduras com concessão gratuita de equipamentos para a realização de testes**, conforme descritivo abaixo **por um período 06 (SEIS) meses, prorrogável por igual período** na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021; **com cronograma de entrega programada**.

2.2 A aquisição pretendida é necessária para possibilitar a perfeita manutenção das atividades do abastecimento do estoque, visando melhor atendimento ao paciente, evitando assim, transtornos e desabastecimento, o item de suma importância para continuidade da assistência ao paciente.

2.3. Considerando a baixa complexidade do objeto fica dispensada a elaboração do Mapa de Risco

Item	Especificação
1a	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE BACTÉRIAS GRAM POSITIVAS Identificação para Bactérias; para diagnóstico in vitro;cartões ou painéis: capacidade de uma identificação por teste com código de barras;composto por poços com provas bioquímicas;leitura automatizada;armazenados a temperatura ambiente ou refrigerado;acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto;rotulo com nome do produto, numero de lote, data de validade/fabricação, composição e procedência; compatível com equipamento automatizado.
1b	Teste Automatizado para determinação de Sensibilidade de bactérias gram positivas Painéis ou cartões;composto por poços com diversos antimicrobianos liofilizados;utilização em sistema totalmente automatizado;contendo entre 3 a 6 diferentes concentrações; versão miniaturizada do método de microdiluição;armazenados em temperatura ambiente ou refrigerados, acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; rótulo com nome do produto;número do lote, data de fabricação/validade, composição e procedência;compatível com equipamento automatizado.
2a	IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE BACTERIAS GRAM NEGATIVA Para diagnóstico in vitro;com capacidade para uma identificação por unidade;com código de barras;composto por poços com provas bioquímicas;leitura automatizada;acondicionado em

	caixas contendo cartões ou painéis descartáveis; rótulo com numero de lote;data de fabricação; validade;composição e procedência
2b	<p>Teste Automatizado para determinação de Bactérias Gram Negativas</p> <p>Painéis ou cartões;composto por poços com diversos antimicrobianos liofilizados;utilização em sistema totalmente automatizado;contendo entre 3 a 6 diferentes concentrações; versão miniaturizada do método de microdiluição;armazenados a temperatura ambiente ou refrigerado; acondicionado em material apropriado que garenta a integridade do produto; rótulo com nome do produto, número de lote, data de fabricação/validade, composição e proced~encia; compatível com equipamento automatizado.</p>
3a	<p>IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA PARA LEVEDURAS</p> <p>Kit de Identificação para Bactérias; para Identificação de Leveduras; Que Verifica a Com Substratos Necessários P/ Provas Bioquímicas e Enzimáticas; Apresentando-se Sob a Forma Cartões Ou Painéis; Acompanhando Caixa Com 20 Unidades; Com Rotulo Contendo Rotulo Contendo Nr de Lote Data de Fabricação, validade, registro No MS; cartões ou painéis p/ identificação de leveduras</p>
3b	<p>TESTE AUTOMATIZADO DE SENSIBILIDADE PARA LEVEDURAS.</p> <p>Determinação Da Sensibilidade de Leveduras; Em Cartao ou Painéis Descartavel ComCodigo de Barras; Com Pocos Com Provas Bioquimicas; para Identificar Ate 50 Tipos de Leveduras Em Leitora Automatizada; Armazenamento Em Temperatura Entre 2 e 8 Graus Celsius; Acondicionado Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao e Validade;</p>

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Bacteriologia - Serviço de Laboratório Clínico - IIER	Simone Aparecida de Souza - Chefe de Saúde II

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, pois estes itens ainda não constam em Ata de Registro de Preços. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas, ou quando o objeto por sua natureza for de uso indefinido, porém faz-se necessário um planejamento por parte dos gestores, afim de evitar tempestividade de aquisição em caráter emergencial.

4.2 Serão realizados os encaminhamentos conforme amparo legal, que seguirá com critérios técnicos quanto a seleção da proposta mais vantajosa para a instituição, ou seja, no menor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos do insumo. A avaliação técnica é realizada por equipe dedicada a este fim, com apoio da área requisitante. Deverá atender ao descritivo técnico do item licitado e cumprir com os requisitos de qualidade e funcionalidade. A avaliação poderá ser realizada através da documentação técnica e também por meio de teste de amostras.

4.3 Lembrando, ainda, que além da qualificação técnica para seleção da proposta, o licitante deverá cumprir com demais exigências constantes em Edital, onde serão avaliados os pontos: habilitação jurídica, habilitação fiscal e trabalhista e qualificação econômica financeira.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas no Regulamento de Compras e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A aquisição do material com entrega PARCELADA se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, para o período de 06 (SEIS) meses. Essa forma de contratação torna-se mais vantajosa para a administração pública, podendo os produtos serem adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas, além de adequar o estoque às demandas da instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base na análise da média de consumo do mensal dos últimos 12 meses fornecida pelo Controle de Gestão de Estoque.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 A fim de não frustrar a negociação entre o pregoeiro e o licitante que houver apresentado o melhor preço, o orçamento estimado para esta contratação terá caráter sigiloso, conforme disposto no art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Necessário o parcelamento visto que o laboratório não possui local físico para armazenamento e bem como para garantir as datas de validades e o acondicionamento correto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Nas últimas licitações os itens foram adquiridos pro Pregão Eletrônico.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Os itens previstos nesta contratação estão de acordo com o planejamento anual da Unidade Contratante.

12. Possíveis Impactos Ambientais

12.1 O Instituto de Infectologia “Emílio Ribas” reconhece a importância do tema no aspecto de resíduos hospitalares. O gerenciamento exige adequado manejo para evitar que esses materiais se tornem veículos de doenças ou gerem riscos de acidentes durante o tratamento.

12.2 Para tanto, salienta-se que na instituição há equipe dedicada ao serviço de gerenciamento de resíduos hospitalares com processos e fluxos estabelecidos com base na legislação pertinente, de modo a realizar este trabalho de evitar impactos ambientais.

13. Providências a serem Adotadas

Elaboração de Termo de referência que melhor atenda todas as necessidades.

14. Resultados Pretendidos

Como benefícios resultantes desta aquisição espera-se melhor atender às demandas ,forma a atender plenamente, junto a Assistência do Instituto de Infectologia “Emílio Ribas” , agilizar e conferir maior segurança ao atendimento do paciente por meio da disponibilidade dos insumos necessários e adequados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe considera tal contratação viável, considerando a necessidade dos itens e a disponibilidade de recurso financeiros.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO ERISNALDO NUNES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 07:14:06.

ANEXO II**INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”**

Processo Administrativo nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....,
CELEBRADO ENTRE O *Estado de São Paulo/Secretaria do Estado de São Paulo – Coordenadoria de Serviços de Saúde* POR INTERMÉDIO DO *Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”* E

.....

O Estado de São Paulo / Secretaria do Estado de São Paulo – Coordenadoria de Serviços de Saúde por intermédio do *Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”*, com sede na *Av. Dr. Arnaldo, 165 - Pacaembu*, na cidade de *São Paulo* /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *46.374.500/0008-60*, neste ato representado pelo *Dr. Luiz Carlos Pereira Junior- Diretor Técnico de Saúde III*, nomeado pela resolução ss de 20 de outubro de 2023, publicado (a) no DOE de 23 de outubro de 2024, portador do RG nº 10.819.245-3 E inscrito no CPF sob o nº 057.673.218-41, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado),inscrito(a) no CPF sob o nº,conforme atos constitutivos da fornecedoraOU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 024.00064164/2026-25** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 902013/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição** de Reagente de Bioquímica automatizada de fornecimento contínuo– (comodato de Equipamento), conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reagente para Dosagem de Albumina; para Determinacao Colorimetrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Verde de Bromocresol; Reagente Principal Liquido; para Determinacao Soro; Execucao Automatica; Bula Com Manual de Instrucoes; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero do Lote,prazo de Validade,temperatura de Estocagem; Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano; Linearidade Ate 7 G/dl;	331742	teste	900		
2	Reagente para Dosagem de Amilase; Enzimatico; Cinetica; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Cnp; Pronto para Uso; Soro e Urina; Execucao Automatica; para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao	331734	teste	1800		

	Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricacao e Validade; Entrega Programada; Validade do Material Apos a Entrega de No Minimo 1 Ano;					
3	Reagente para Dosagem de Bilirrubina Direta; Colorimetrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Acido Sulfanilico Diazotado; Liquido; Nao Acompanha Padrao; Soro e Ou Plasma; Execucao Automacao; para Determinacoes de Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data Fabricacao, Validade; Com Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;	336253	teste	3.000		
4	Reagente para Dosagem de Bilirrubina Total; Colorimetrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Acido Sulfanilico Diazotado; Liquido; Nao Acompanha Padrao; Soro e Ou Plasma; Execucao Automatica;	336250	teste	3.000		

	<i>para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data, Fabricacao e Validade; Com Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>					
5	<i>Reagente para Dosagem de Calcio; Tecnica Colorimetrico; de Reacao de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Cresolftaleina; Liquido; Soro e Plasma; Execucao Automatizado; Com Bula Com Informacoes Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote,data de Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Aentrega de No Minimo 01 Ano;</i>	331741	teste	300		
6	<i>Reagente para Dosagem de Ck; Reacao Enzimatica; Cinetico; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Cinetico Uv; Reagente Pronto para Uso; Acompanha</i>	334471	teste	1.800		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

	Calibrador e Controles; Solucoes Reagentes Auxiliares para Funcionamento do Equipamento; para Dosagens Em Soro Ou Plasma Humano; Execucao Em Equipamento Automatizado; para Determinacoes de Testes; Com Bula Em Portugues; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Com Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 6 (seis) Meses; Linearidade Maior Ou Igual a 2000 U/l;					
7	Kits Reagentes para Dosagens Bioquímicas; Determinacao de Ckmb Massa, Por Reacao Imunoenzimatica; Quimioluminescente; para Determinacao Em Soro; Execucao Automatica, Com Liberacao de Resultados Em No Maximo 20 Minutos; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rótulo	333336	teste	180		

	<i>Contendo Numero de Lote, Data de Validade, Data de Fabricacao e Temperatura de Estocagem; Kits Contendo Testes; Valiodade Minima de 06 Mesmes Apos Cada Entrega; Acompanha Controle e Padrao; para Determinacao Quantitativa; Com Manual, Bula Em Lingua Portuguesa;</i>					
8	<i>Reagente para Dosagem de Creatinina; Colorimetrico; de Reacao de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Picrato Alcalino Sem Desproteinizacao; Pronto para Uso; Acompanha Padrao; para Determinacao Em Soro, Plasma e Urina; Automatizado; Com Bula Com Especificacoes Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote,data de Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano;</i>	teste	333334	4.000		
9	<i>Reagente para Dosagem de Dhl; Determinacao</i>	teste	331837	2.000		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

	Enzimatica; Reacao Cinetica; Faixa de Leitura U.v.; Metodologia de Acordo C/ Especificacoes Da Sfbc; Monoreativo; Soro; Execucao Automatizado; Bula Com Instrucoes de Uso; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,prazo de Validade,temperatura de Estocagem,procedencia ; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano; Linearidade Ate 1000 U/I;					
10	Reagente para Dosagem de Fosfatase Alcalina; Colorimetrico; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Nitrofenilfosfato; Liofilizado; Nao Acompanha Padrao; Soro_ou Plasma Heparinizado; Execucao Automatica; para Determinacoes de Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Validade e Fabricacao; Com Entrega Programada;	331735	teste	2.000		

	Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;					
11	Reagente para Dosagem de Fosforo; Enzimatica; Cinetico; Faixa de Leitura. Uv; Metodologia Por Reacao de Molibdato; Soro, Plasma e Urina; Execucao. Automatizado; para Determinacoes de Acima de 1000; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo. Numero de Lote, Data de Frabricacao e Validade; Com Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;	331740	teste	2.000		
12	Reagente para Dosagem de Gama Gt; Enzimatico Colorimetrico; Cinetico; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Substrato Carboxi-glupa; Sem Padrao; Soro; Execucao Em Aparelho Automatizado; para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Bula Com Instrucoes de Uso; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de	331737	teste	2.000		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

	<i>Lote, Data de Fabricacao e Validade, temperatura de Estocagem; Fornecimento Total; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>					
13	<i>Reagente para Dosagem de Glicose; Determinacao Enzimatica; Cinetica; Faixa de Leitura 340 a 383 Nm; Metodologia Glicose Oxidase, hexokinase; Liquido; Com Padrao; para Determinacao Em Soro, plasma, urina, liquido e Outros Liquidos Cavitarios; Execucao Automatizado; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N. de Lote, data de Fabricacao, validade e Procedencia; Validade do Produto Apos Entrega de No Minimo, 06 Meses;</i>	331408	teste	3.000		
14	<i>Teste Bioquimico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Sodio; Solucoes Eletroliticas e Eletrodos Compativeis Com Analisador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do</i>	369996	teste	3.000		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

	<i>Produto Apos a Entrega de No Minimo 06 (seis) Meses; a Apresentacao do Produto Devera Estar de Acordo Com a Legislacao Vigente; Kit Com Eletrodo de Sodio e Solucoes Eletroliticas Necessarias para Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia;</i>					
15	<i>Teste Bioquimico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Potassio; Solucao Eletrolitica e Eletrodo de Potassio Compativel C/analizador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do Produto Apos a Entrega de No Minimo 06 (seis) Meses; a Apresentacao do Produto Deveraestar de Acordo Com a Legislacao Vigente; Kit Com Eletrodo de Potassio e Solucoes Eletroliticas Necessarias para a Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e</i>	334490	teste	3.000		

	<i>Procedencia;</i>					
16	<i>Teste Bioquimico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Cloro; Solucoes Eletroliticas e Eletrodos Compativeis Com Analisador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do Produto Apos a Entrega de No Minimo 06 (seis) Meses; a Apresentacao do Produto Deveraestar de Acordo Com a Legislacao Vigente; Kit Com Eletrodo de Cloro e Solucoes Eletroliticas Necessarias para a Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia;</i>	372984	teste	2.000		
17	<i>Reagente para Dosagem de Lipase; Enzimatico Colorimetrico_de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Reagente Principal Pronto para Uso; Execucao Automatizado; Validade do Material Apos a Entrega, de No Minimo 6 Meses a 12 Meses;</i>	331744	teste	300		
18	<i>Reagente para Dosagem de Magnésio;</i>	331738	teste	300		

	Colorimetrico; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Xilidila; Reagente Principal Liquido; Soro; Automatizado; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,data de Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano;					
19	Reagente para Dosagem de Proteina Total; Determinacao Colorimetrica; Reacao de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Biureto; Liquido; Soro; Execucao Automatizada; Com Bula Com Especificacoes Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,data de Fabricacao,validade,temperatura de Estocagem,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano; Linearidade Ate 12 G/dl;	350233	teste	900		

20	Reagente para Dosagem de Proteína Total; para Determinação Colorimétrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visível; Metodologia Por Vermelho de Pirogalol; Líquido; Com Padrão; Urina, liquor; Execução Automatizado; Bula Com Instruções de Uso; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo N.º de Lote, data de Fabricação, validade, temperatura de Estocagem, procedência; Validade do Material Após Entrega de No Mínimo 01 Ano;	335044	teste	600		
21	Reagente para Dosagem de Tgo; Enzimática; Cinética; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Consumo de Substrato; Reagente Principal Pronto para Uso; Soro; Automatizado; Com Bula Com Especificações Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo N.º de Lote, data de Fabricação, validade, procedência; Validade do Material Após Entrega	331746	teste	5.000		

	<i>de No Mínimo 01 Ano;</i>					
22	<i>Reagente para Dosagem de Tgp; Enzimática; Consumo de Substrato; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Cinética; Reagente Principal Pronto para Uso; Soro; Execução Automatizado; Com Bula Com Especificações Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo N. de Lote, data de Fabricação, validade, procedência; Validade do Material Após Entrega de No Mínimo 01 Ano;</i>	331747	teste	5.000		
23	<i>Reagente para Dosagem de Ureia; Enzimática; Cinética; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Gldh; Liofilizado; Sem Padrão; Soro; Automática; para Determinações de Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricação e Validade; Entrega Programada; Validade do Material Após Entrega de No</i>	331749	teste	5.000		

	Minimo 1 Ano;					
24	Kit para Dosagem de Procalcitonina; Por Quimioluminescencia Ou Metodo Similar; Dosagem de Procalcitonina; Em Soro E/ou Plasma Humano; Com Execucao Automatizada; Que Esteja Em Acordo Com As Legislacoes Vigentes; Com 06 Meses de Validade Na Data Da Entrega; Controles e Calibradores Necessarios Conforme Fabricante; Bula Em Lingua Portuguesa. Rotulo Em Lingua Portuguesa Contendo; Numero de Lote; Data de Fabricacao; Validade; Temperatura de Estocagem; Procedencia;	437084	teste	300		
25	Kit para Determinacao; Quantitativa Da Concentracao de Proteina c Reativa (pcr); Em Soro Ou Plasma; Acondicionado Em Caixa Contendo 5 Cartuchos Com 50 Slides Cada; Metodologia de De Quimica Seca; Tecnica Automatizada Compativel Com	333328	teste	4.000		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

	<i>Equipamento Vitros; Acompanha Calibrador e Controles; Validade Minima de 6 Meses Apos a Entrega; Armazenagem Na Temperatura Abaixo de Menos 18 Graus Celsius; Acondicionado Em Embalagem Apropriada para Integridade do Produto; Rotulo Com Nr de Lote, Data de Fabricacao, Validade, Com Posicao e Procedencia. Registro No Ms;</i>					
26	<i>Kit para Determinacao; Da Dosagem de Troponina; Em Soro Ou Plasma; Por Quimioluminescencia; Aparelho Automatizado; Todos Os Acessorios Necessario para Realizacao Dos Testes; Validade Minima de 6 Meses; Acondicionado Em Embalagem Apropriada e Reforcadaque Garanta a Integridade do Produto; Data de Validade Temperatura de Estocagem Nome Doproduto Lote;</i>	338899	teste	300		
27	<i>Kit para Determinacao; de Vancomicina; Em Soro Ou Plasma; Por Quimioluminescencia;</i>	416886	teste	900		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

	<p>Por Automacao; Acompanha Todos Os Acessorios Necessarios para Realizacao Dos Testes; Validade Minima de 6 Meses; Acondicionado Em Embalagem Apropriada e Reforcadaque Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Com Nr de Lote, Data de Fabricacao, Validade, Composicao e Procedencia;</p>					
28	<p>Kit para Determinacao de Bhcg; Determinacao Por Enzimaimunoensaio (meia); Modo de Reacao Utilizado Como Suporte Microparticulas; Automatizado, Validade Minima de 08 Meses a Contar Da Entrega No Almoxarifado; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia; para Determinacao Em Soro e Plasma; Volume Total do Kit para 100 Determinacoes, Acompanha Curva Com 06pontos de Calibradores; Presenca de Padrao Diluente de Linha e Amostras, Controles e Insumos;</p>	343167	teste	150		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega Imediata / Parcelada*

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta contados do(a) .. da assinatura do contrato,, prorrogável por igual período, a critério do Contratante....na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*
- 5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a / / (DD/MM/AAAA).
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **XXXXXXXX** *(indicar o índice a ser adotado)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XX (XXX)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e

regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de

habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da

instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 | expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/cart. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

**Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da
Secretaria da Saúde, vis ando à aplicação de
sanções administrativas previstas na Nova Lei**

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

**d e Licitações e Contratos Administrativos – Lei
federal nº 14.133/2021, e dá as providências
correlatas**

○ **SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

I . DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apena dos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e

indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de

circunstâncias atenuantes ou agravantes. **§ 2º** – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II.4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista das circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º – Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de

agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

ANEXO IV**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	900	teste	<i>Reagente para Dosagem de Albumina; para Determinacao Colorimetrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Verde de Bromocresol; Reagente Principal Liquido; para Determinacao Soro; Execucao Automatica; Bula Com Manual de Instrucoes; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero do Lote,prazo de Validade,temperatura de Estocagem; Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano; Linearidade Ate 7 G/dl;</i>		
02	1.800	teste	<i>Reagente para Dosagem de Amilase; Enzimatico; Cinetica; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Cnp; Pronto para Uso; Soro e Urina; Execucao Automatica; para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricacao e Validade; Entrega Programada; Validade do Material Apos a Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
03	3.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Bilirrubina Direta; Colorimetrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Acido Sulfanilico Diazotado; Liquido; Nao Acompanha Padrao; Soro e Ou Plasma; Execucao Automacao; para Determinacoes de Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data Fabricacao, Validade; Com Entrega Programada; Validade do</i>		

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

			<i>Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
04	3.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Bilirrubina Total; Colorimetrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Acido Sulfanilico Diazotado; Liquido; Nao Acompanha Padrao; Soro e Ou Plasma; Execucao Automatica; para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data, Fabricacao e Validade; Com Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
05	300	teste	<i>Reagente para Dosagem de Calcio; Tecnica Colorimetrico; de Reacao de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Cresolftaleina; Liquido; Soro e Plasma; Execucao Automatizado; Com Bula Com Informacoes Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote,data de Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Aentrega de No Minimo 01 Ano;</i>		
06	1.800	teste	<i>Reagente para Dosagem de Ck; Reacao Enzimatica; Cinetico; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Cinetico Uv; Reagente Pronto para Uso; Acompanha Calibrador e Controles; Solucoes Reagentes Auxiliares para Funcionamento do Equipamento; para Dosagens Em Soro Ou Plasma Humano; Execucao Em Equipamento Automatizado; para Determinacoes de Testes; Com Bula Em Portugues; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Com Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 6 (seis) Meses; Linearidade Maior Ou Igual a 2000 U/l;</i>		
07	180	teste	<i>Kits Reagentes para Dosagens Bioquímicas;</i>		

			<i>Determinacao de Ckmb Massa, Por Reacao Imunoenzimatica; Quimioluminescente; para Determinacao Em Soro; Execucao Automatica, Com Liberacao de Resultados Em No Maximo 20 Minutos; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rótulo Contendo Numero de Lote, Data de Validade, Data de Fabricacao e Temperatura de Estocagem; Kits Contendo Testes; Validade Minima de 06 Meses Apos Cada Entrega; Acompanha Controle e Padrao; para Determinacao Quantitativa; Com Manual, Bula Em Lingua Portuguesa;</i>		
08	4.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Creatinina; Colorimetrico; de Reacao de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Picrato Alcalino Sem Desproteinizacao; Pronto para Uso; Acompanha Padrao; para Determinacao Em Soro, Plasma e Urina; Automatizado; Com Bula Com Especificacoes Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote,data de Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano;</i>		
09	2.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Dhl; Determinacao Enzimatica; Reacao Cinetica; Faixa de Leitura U.v.; Metodologia de Acordo C/ Especificacoes Da Sfbc; Monoreativo; Soro; Execucao Automatizado; Bula Com Instrucoes de Uso; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,prazo de Validade,temperatura de Estocagem,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano; Linearidade Ate 1000 U/l;</i>		
10	2.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Fosfatase Alcalina; Colorimetrico; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Nitrofenilfosfato; Liofilizado; Nao Acompanha Padrao; Soro_ou Plasma Heparinizado; Execucao Automatica; para</i>		

			<i>Determinacoes de Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Validade e Fabricacao; Com Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
11	2.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Fosforo; Enzimatica; Cinetico; Faixa de Leitura. Uv; Metodologia Por Reacao de Molibdato; Soro, Plasma e Urina; Execucao. Automatizado; para Determinacoes de Acima de 1000; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo. Numero de Lote, Data de Frabricacao e Validade; Com Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
12	2.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Gama Gt; Enzimatico Colorimetrico; Cinetico; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Substrato Carboxi-glupa; Sem Padrao; Soro; Execucao Em Aparelho Automatizado; para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Bula Com Instrucoes de Uso; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricacao e Validade,temperatura de Estocagem; Fornecimento Total; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
13	3.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Glicose; Determinacao Enzimatica; Cinetica; Faixa de Leitura 340 a 383 Nm; Metodologia Glicose Oxidase,hexokinase; Liquido; Com Padrao; para Determinacao Em Soro,plasma,urina,liquor e Outros Liquidos Cavitarior; Execucao Automatizado; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,data de Fabricacao,validade e Procedencia; Validade do Produto Apos Entrega de No Minimo, 06 Meses;</i>		
14	3.000	teste	<i>Teste Bioquimico Por Eletrodo Seletivo; para</i>		

			<i>Dosagem de Sódio; Soluções Eletrolíticas e Eletrodos Compatíveis Com Analisador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do Produto Após a Entrega de No Mínimo 06 (seis) Meses; a Apresentação do Produto Deverá Estar de Acordo Com a Legislação Vigente; Kit Com Eletrodo de Sódio e Soluções Eletrolíticas Necessárias para Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricação/validade, Composição e Procedência;</i>		
15	3.000	teste	<i>Teste Bioquímico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Potássio; Solução Eletrolítica e Eletrodo de Potássio Compatível C/analizador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do Produto Após a Entrega de No Mínimo 06 (seis) Meses; a Apresentação do Produto Deverá Estar de Acordo Com a Legislação Vigente; Kit Com Eletrodo de Potássio e Soluções Eletrolíticas Necessárias para a Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricação/validade, Composição e Procedência;</i>		
16	2.000	teste	<i>Teste Bioquímico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Cloro; Soluções Eletrolíticas e Eletrodos Compatíveis Com Analisador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do Produto Após a Entrega de No Mínimo 06 (seis) Meses; a Apresentação do Produto Deverá Estar de Acordo Com a Legislação Vigente; Kit Com Eletrodo de Cloro e Soluções Eletrolíticas Necessárias para a Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricação/validade, Composição e Procedência;</i>		
17	300	teste	<i>Reagente para Dosagem de Lipase; Enzimático Colorimétrico de Ponto Final; Faixa de Leitura Visível; Reagente Principal Pronto para Uso; Execução Automatizado; Validade do Material Após a Entrega, de No Mínimo 6 Meses a 12</i>		

			Meses;		
18	3.000	teste	Reagente para Dosagem de Magnésio; Colorimétrico; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visível; Metodologia Xilidila; Reagente Principal Líquido; Soro; Automatizado; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,data de Fabricação,validade,procedência; Validade do Material Após Entrega de No Mínimo 01 Ano;		
19	900	teste	Reagente para Dosagem de Proteína Total; Determinação Colorimétrica; Reação de Ponto Final; Faixa de Leitura Visível; Metodologia Por Biureto; Líquido; Soro; Execução Automatizada; Com Bula Com Especificações Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,data de Fabricação,validade,temperatura de Estocagem,procedência; Validade do Material Após Entrega de No Mínimo 01 Ano; Linearidade Até 12 G/dl;		
20	600	teste	Reagente para Dosagem de Proteína Total; para Determinação Colorimétrica; de Ponto Final; Faixa de Leitura Visível; Metodologia Por Vermelho de Pírogalo; Líquido; Com Padrão; Urina,liquor; Execução Automatizado; Bula Com Instruções de Uso; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo N.de Lote,data de Fabricação,validade,temperatura de Estocagem,procedência; Validade do Material Após Entrega de No Mínimo 01 Ano;		
21	5.000	teste	Reagente para Dosagem de Tgo; Enzimática; Cinética; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Consumo de Substrato; Reagente Principal Pronto para Uso; Soro; Automatizado; Com Bula Com Especificações Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contenc N.de Lote,data de		

			<i>Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano;</i>		
22	5.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Tgp; Enzimatica; Consumo de Substrato; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Cinetica; Reagente Principal Pronto para Uso; Soro; Execucao Automatizado; Com Bula Com Especificacoes Detalhadas; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo N. de Lote,data de Fabricacao,validade,procedencia; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 01 Ano;</i>		
23	5.000	teste	<i>Reagente para Dosagem de Ureia; Enzimatica; Cinetica; Faixa de Leitura Uv; Metodologia Gldh; Liofilizado; Sem Padrao; Soro; Automatica; para Determinacoes de Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricacao e Validade; Entrega Programada; Validade do Material Apos Entrega de No Minimo 1 Ano;</i>		
24	300	teste	<i>Kit para Dosagem de Procalcitonina; Por Quimioluminescencia Ou Metodo Similar; Dosagem de Procalcitonina; Em Soro E/ou Plasma Humano; Com Execucao Automatizada; Que Esteja Em Acordo Com As Legislacoes Vigentes; Com 06 Meses de Validade Na Data Da Entrega; Controles e Calibradores Necessarios Conforme Fabricante; Bula Em Lingua Portuguesa. Rotulo Em Lingua Portuguesa Contendo; Numero de Lote; Data de Fabricacao; Validade; Temperatura de Estocagem; Procedencia;</i>		
25	4.000	teste	<i>Kit para Determinacao; Quantitativa Da Concentracao de Proteina c Reativa (pcr); Em Soro Ou Plasma; Acondicionado Em Caixa Contendo 5 Cartuchos Com 50 Slides Cada; Metodologia de De Quimica Seca; Tecnica Automatizada Compativel Com Equipamento Vitros; Acompanha Calibrador e Controles;</i>		

			<i>Validade Minima de 6 Meses Apos a Entrega; Armazenagem Na Temperatura Abaixo de Menos 18 Graus Celsius; Acondicionado Em Embalagem Adequada para Integridade do Produto; Rotulo Com Nr de Lote, Data de Fabricacao, Validade, Com Posicao e Procedencia. Registro No Ms;</i>		
26	300	teste	<i>Kit para Determinacao; Da Dosagem de Troponina; Em Soro Ou Plasma; Por Quimioluminescencia; Aparelho Automatizado; Todos Os Acessorios Necessario para Realizacao Dos Testes; Validade Minima de 6 Meses; Acondicionado Em Embalagem Adequada e Reforcadaque Garanta a Integridade do Produto; Data de Validade Temperatura de Estocagem Nome Doproduto Lote;</i>		
27	900	teste	<i>Kit para Determinacao; de Vancomicina; Em Soro Ou Plasma; Por Quimioluminescencia; Por Automacao; Acompanha Todos Os Acessorios Necessarios para Realizacao Dos Testes; Validade Minima de 6 Meses; Acondicionado Em Embalagem Adequada e Reforcadaque Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Com Nr de Lote, Data de Fabricacao, Validade, Composicao e Procedencia;</i>		
28	150	teste	<i>Kit para Determinacao de Bhcg; Determinacao Por Enzimaimunoensaio (meia); Modo de Reacao Utilizado Como Suporte Microparticulas; Automatizado, Validade Minima de 08 Meses a Contar Da Entrega No Almoxarifado; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia; para Determinacao Em Soro e Plasma; Volume Total do Kit para 100 Determinacoes, Acompanha Curva Com 06pontos de Calibradores; Presenca de Padrao Diluente de Linha e Amostras, Controles e Insumos;</i>		

- Validade da proposta: **60 (sessenta)** dias.

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas
GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, processados pelos órgãos que integram a Administração Direta do Estado, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida por este decreto.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às Autarquias, inclusive às Universidades, às Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, às Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, aos Fundos Especiais de Despesa e aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento.

Artigo 2º - O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores, incluindo fornecedores, no país e no exterior, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pela Administração Direta e Indireta do Estado, incluídas as operações de câmbio e comércio exterior, deverão ser efetuados por meio do Banco do Brasil S.A.

Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

Parágrafo único - Excepcionalmente, para credores e fornecedores eventuais, não correntistas, cujo valor das transferências referidas neste artigo, não exceda a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP's, poderão ser processadas transferências com a emissão de cheque nominativo cruzado ou ordem de pagamento.

Artigo 3º - Os pagamentos de vencimentos, salários, subsídios, proventos ou pensões aos servidores civis e militares, ativos, inativos, pensionistas e beneficiários de pensões especiais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta do Estado, serão feitos exclusivamente no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos inativos e pensionistas que residam no exterior ou em municípios que não possuam agências do Banco do Brasil S.A.

Artigo 4º - Excetua-se do disposto no presente decreto as devoluções de cauções, fianças e de impostos, taxas e multas, bem como os pagamentos e operações que, por imposição legal, judicial, regulamentar ou decorrentes de cláusulas de convênios ou contratos, ou ainda por disposição do Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014 Legislação do Estado, não possam ser formalizados por intermédio do Banco do Brasil S.A.

Artigo 5º - O Banco do Brasil S.A. deverá dispor de agência centralizadora localizada na cidade de São Paulo, destinada ao repasse e transferência do produto da arrecadação de tributos e demais receitas do Estado, depositado pelas instituições bancárias.

§ 1º - O repasse e a transferência a que se refere o "caput" deste artigo serão efetuados mediante procedimentos definidos pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Os ingressos de demais receitas públicas estaduais, orçamentárias e extra-orçamentárias, deverão ser processados pelo Banco do Brasil S.A., quando autorizado, e depositados nas contas denominadas de tipo "C" dos respectivos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto.

Artigo 6º - O Banco do Brasil S.A., nos casos em que estiver apto a receber, deverá processar, mediante autorização dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto, as despesas com FGTS, INSS, PIS/PASEP, COFINS, IRRF, CSLL, assim como as operações oficiais de compra e venda de moeda estrangeira, inclusive para fins de fechamento de contratos de câmbio nas importações e exportações.

Artigo 7º - As aplicações financeiras dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado deverão ser centralizadas no Banco do Brasil S.A., observado o disposto no Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014.

Artigo 8º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional deverão disponibilizar, ao conglomerado do agente financeiro, sempre

quesolicitado, informações relacionadas aos seguros contratados, para fins de atualização da base dedados.

Artigo 9º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base deParceria Institucional, ao realizarem pesquisa de preços para subsidiar procedimento licitatóriotendente à contratação de seguros, deverão, sempre que possível, solicitar cotação aoconglomerado do agente financeiro do Estado.

Artigo 10 - A partir da vigência deste decreto e durante o prazo de vigência do Acordo Base deParceria Institucional firmado em 29 de setembro de 2017 nos termos do Decreto nº 60.244, de 14de março de 2014 Legislação do Estado, fica suspensa a cobrança ao Banco do Brasil S.A. dopercutual previsto no artigo 22 do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014 Legislação doEstado.

Artigo 11 - Ficam mantidos os procedimentos atuais para as aplicações financeiras, por meio daConta Única do Tesouro, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados eMunicípios - SIAFEM/SP.

Artigo 12 - O Banco do Brasil S.A. deverá manter os sistemas operacionais e de informáticacapazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer ao Estado, prontamente, asinformações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras do Estado e outrasque forem requeridas, desde que previamente acordadas, de modo que os serviços sejamprestados dentro do melhor padrão de qualidade.

Artigo 13 - Fica a Secretaria da Fazenda autorizada a providenciar o cadastramento defuncionários do Banco do Brasil S.A. no SIAFEM/SP, mediante solicitação formal das áreascompetentes do Agente Financeiro do Tesouro, para consulta às operações pertinentes a estedecreto, observadas as regras de segurança de acesso.

Artigo 14 - Ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, sem prejuízo daatuação dos demais órgãos de controle, caberá fiscalizar o cumprimento das disposições destedecreto.

Artigo 15 - A Secretaria da Fazenda e suas Coordenadorias, no âmbito de suas respectivasatribuições, poderão expedir normas complementares para aplicação integral das disposiçõesdeste decreto, decidir casos omissos e adotar as providências necessárias para preservação dosprocedimentos ora estabelecidos.

Artigo 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relaçãoao Banco do Brasil S.A., até 28 de setembro de 2022.

Parágrafo único - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº62.297, de 6 de dezembro de 2016 Legislação do Estado.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de outubro de 2017

GERALDO ALCKMIN

Arnaldo Calil Pereira Jardim Secretário de Agricultura e Abastecimento Márcio Luiz França
Gomes Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação Jose Luiz de
França Penna Secretário da Cultura José Renato Nalini Secretário da Educação Benedito
Braga Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos Helcio Tokeshi Secretário da
Fazenda Rodrigo Garcia Secretário da Habitação Laurence Casagrande Lourenço Diretor
Presidente da Dersa, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Logística
e Transportes Márcio Fernando Elias Rosa Secretário da Justiça e da Defesa da
Cidadania Maurício Benedini Brusadin Secretário do Meio Ambiente Antonio Floriano Pereira
Pesaro

Secretário de Desenvolvimento Social Marcos Antonio Monteiro Secretário de Planejamento e
Gestão David Everson Uip Secretário da Saúde Márgino Alves Barbosa Filho Secretário da
Segurança Pública Lourival Gomes Secretário da Administração Penitenciária Clodoaldo
Pelissioni Secretário dos Transportes Metropolitanos José Luiz Ribeiro Secretário do Emprego e
Relações do Trabalho Paulo Gustavo Maiurino Secretário de Esporte, Lazer e Juventude João
Carlos de Souza Meirelles Secretário de Energia e Mineração Fabrício Cobra Arbex Secretário-
Adjunto, da Casa Civil, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Turismo Linamara
Rizzo Battistella Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência Samuel Moreira da Silva
Junior Secretário-Chefe da Casa Civil Saulo de Castro Abreu Filho Secretário de
Governo Publicado na Secretaria de Governo, aos 3 de outubro de 2017.